

☐ REQUERIMENTO Número /XIV (.ª)

☒ PERGUNTA Número /XIV (.ª)

Assunto: Obras de hotel junto ao rio Douro em Gondomar devem ser suspensas até que processo de licenciamento seja esclarecido

Destinatário: Ministro do Ambiente e da Ação Climática

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

O licenciamento de uma unidade hoteleira projetada num terreno junto ao rio Douro em Ribeira do Abade na freguesia de Valbom, Gondomar, motivou a abertura de um inquérito pela Inspeção-Geral da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território (IGAMAOT), segundo noticiado pelo *Jornal de Notícias* no dia 5 de fevereiro de 2020.

A IGAMAOT terá solicitado informação sobre o projeto à Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR-N), à Agência Portuguesa do Ambiente (APA) e à Capitania do Porto do Douro, de modo a averiguar se o projeto se encontra em conformidade.

Em declarações ao JN, a Administração dos Portos do Douro, Leixões e Viana do Castelo (APDL) esclarece que a unidade hoteleira está projetada em área do domínio público hídrico, mas fora da sua área de jurisdição. No mesmo sentido, a Capitania do Porto do Douro confirma que o terreno se encontra em domínio público hídrico administrado pela APA.

A CCDR-N ter-se-á pronunciado três vezes em resposta a pedidos de informação prévia que o promotor Nara - Projetos, Construção e Turismo Lda. enviou à Câmara Municipal de Gondomar. O primeiro parecer, de julho de 2007, terá sido desfavorável à construção já que o projeto se encontrava inserido em zona de Reserva Ecológica Nacional (REN) e em área inundável.

Depois de aumentar a altura dos pilares do edifício para evitar riscos de inundação, o promotor solicitou novo pedido de informação prévia que obteve novamente parecer desfavorável da CCDR-N, em fevereiro de 2008, por continuar a estar inserido em zona de REN. Mas três meses depois, sem qualquer justificação conhecida, a CCDR-N alterou o sentido da sua decisão, emitindo parecer favorável à construção.

As obras para a construção da unidade hoteleira junto ao rio Douro foram aprovadas pela Câmara Municipal de Gondomar em 2016, a que se seguiu a emissão do alvará de construção em 2019. O terreno encontra-se à data vedado e já há máquinas a trabalhar no local.

O Bloco de Esquerda considera que as obras do hotel em Gondomar junto ao rio Douro devem ser

imediatamente suspensas até que estejam cabalmente esclarecidos todos os procedimentos administrativos do processo de licenciamento da unidade hoteleira.

Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através Ministro do Ambiente e da Ação Climática, as seguintes perguntas:

1. Confirma o Governo que o terreno no qual está projetada a unidade hoteleira se insere em domínio público hídrico?
 - 1.1. Se sim, a Agência Portuguesa do Ambiente (APA) é a entidade administrante da área?
 - 1.2. Emitiu a APA parecer sobre o projeto? Quais são as principais conclusões do parecer?
2. O projeto está localizado em zona de Reserva Ecológica Nacional e implantado em área inundável?
3. Confirma o Governo a emissão de parecer favorável à construção da unidade hoteleira pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR-N), depois de esta entidade ter emitido dois pareceres desfavoráveis?
 - 3.1. Se sim, o que motivou a alteração do sentido do parecer para «favorável»?
 - 3.2. Quais foram os motivos que sustentaram a emissão dos dois pareceres desfavoráveis pela CCDR-N?
4. Quais são as principais conclusões da investigação promovida pela Inspeção-Geral da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território (IGAMAOT) ao processo de licenciamento da unidade hoteleira?
5. Vai o Governo ordenar a suspensão das obras de construção até que esteja concluída a investigação do processo de licenciamento levada a cabo pela IGAMAOT?

Assembleia da República, 8 de fevereiro de 2021

A deputada e os deputados,
Maria Manuel Rola,
José Soeiro,
Luís Monteiro